

São Paulo, 28 de agosto de 2025.

Carta de apresentação das demonstrações financeiras do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Em cumprimento às determinações do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), encaminhamos as demonstrações financeiras do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. ("PagSeguro"), que compreendem o relatório da administração, o balanço patrimonial, demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e demonstrações de resultados abrangentes, as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Termo de Responsabilidade da Administração

A Administração do PagSeguro é responsável pela elaboração e conteúdo das Demonstrações Financeiras e arquivos apresentados. As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em conformidade com as regulamentações aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Divulgação

As demonstrações financeiras, contidas neste documento, foram divulgadas em diretório de acesso público no sítio do PagSeguro no dia 28 de agosto de 2025 e podem ser acessadas por meio do link: <https://pagseguro.uol.com.br/demonstracoes-financeiras>.

Atenciosamente,

PAGSEGURO INTERNET INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Assinado por:

Artur Gaulke Schunck

04DFA3E85F3B452...

Artur Gaulke Schunck
Diretor Vice-presidente

Signed by:

Wilson Gomes de Lima

DB00A8B2063B48C...

Wilson Gomes de Lima
Contador – CRC: 1SP212238/O-0

Demonstrações Financeiras

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

30 de junho de 2025
com Relatório do Auditor Independente

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Relatório da Administração.....	5
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração dos resultados abrangentes	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração do fluxo de caixa.....	12
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	13



PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Manoel Leite
Contador CRC 1SP 208338/O-0

Relatório da Administração

Em atendimento aos dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Administração do PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. (“PagSeguro” ou “Companhia”), subsidiária do PagSeguro Digital Ltda. (“PagSeguro Digital”) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do PagSeguro relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

O PagSeguro é um arranjo de pagamento fechado e uma instituição de pagamento nas modalidades de credenciador, emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamentos pós-pagos além de desempenhar atividades pertinentes ou correlatas às mencionadas nos itens precedentes, incluindo, mas não se limitando, veiculação de publicidade e desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico e liquidação financeira de transações relacionadas a determinado serviço de pagamento e participação em outras sociedades, cujo objeto social seja relacionada, necessária ou conveniente a consecução do objeto social da sociedade no Brasil e/ou no exterior. O PagSeguro obteve em 17 de outubro de 2018 autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), conforme publicação no Diário Oficial da União.

Em decorrência da obtenção dessa autorização, o PagSeguro passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN, além de seguir os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”). Nesse sentido, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros.

Além disso baseado no artigo nº 102 da BCB nº352, fica facultado as instituições a apresentação de período comparativo as demonstrações financeiras de 2025, dessa forma, utilizando de tal liberalidade do BACEN essa respectiva demonstração está sendo apresentada sem o devido período comparativo.

No semestre findo em 30 de junho de 2025 o PagSeguro obteve R\$**259** bilhões de valor financeiro transacionado em adquirência e atingiu **17.7** milhões de clientes ativos (com pelo menos uma transação nos últimos 12 meses), sendo um aumento de 13% representando R\$**29** bilhões em relação ao valor financeiro transacionado de R\$**230** bilhões comparado ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Relatório da Administração – Continuação

O PagSeguro obteve lucro líquido de R\$**381.8** milhões no semestre findo em 30 de junho de 2025, os principais fatores destacados abaixo:

- (i) A receita de prestação de serviços totalizou o valor de R\$**7.260.9** milhões substancialmente representada pela receita de intermediação financeira e pré-pagamento.
- (ii) As despesas operacionais totalizaram R\$**4.206.6** milhões no primeiro semestre de 2025, sendo representado em sua maioria pelo custo de transação em R\$**3.346.2** milhões e o custo de antecipação de recebíveis em R\$**306.7** milhões.
- (iii) As despesas administrativas totalizaram R\$**1.851.2** milhões no semestre findo em 30 de junho de 2025, esse custo está relacionado aos gastos com marketing e publicidade devido a estratégia de expansão da marca e as despesas com depreciação e amortização devido aumento do imobilizado e intangível.
- (iv) As despesas tributárias totalizaram R\$**671.9** milhões no primeiro semestre de 2025 acompanhando a receita de prestação de serviços.
- (v) O resultado bruto da intermediação financeira totalizou (R\$**38.0**) milhões no primeiro semestre de 2025 e está relacionado principalmente ao custo dos empréstimos obtidos.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, os ativos do PagSeguro totalizaram R\$**70.008.2** milhões. O principal ativo do PagSeguro refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito no valor de R\$**54.827.6** milhões, sendo substancialmente composto pelo contas a receber da aquisição no valor de R\$**54.241.1** milhões.

Em 30 de junho de 2025, o patrimônio líquido totalizou R\$**9.791.5** milhões, o saldo é principalmente composto pela reserva de lucros acumuladas do PagSeguro e o capital social integralizado.

Em relação às movimentações de caixa, importante reiterar o comprometimento do PagSeguro em ser uma empresa disruptiva no mercado e com relevantes investimentos em tecnologia, prova disso é o investimento de R\$**1.151.2** milhões em intangíveis e imobilizados, composto basicamente por desenvolvimento de softwares e POS.

São Paulo, 28 de agosto de 2025.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Balanço patrimonial
30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>30 de junho de 2025</u>
Ativo Circulante e Não Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	397.405
Títulos e valores mobiliários	5	4.979.068
Reservas compulsórias	6	1.121.823
Contas a receber	7	54.827.610
Contas a receber de partes relacionadas	16	42.361
Outras contas a receber		206.014
Impostos a recuperar	8	960.682
Depósitos judiciais	9	455.698
Imposto de renda diferido	18	470.979
Investimentos	10	1.246.344
Imobilizado	11	2.615.993
Intangível	12	2.684.244
Total ativos		70.008.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Balanço patrimonial

30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais – R\$)

	<u>Nota</u>	<u>30 de junho de 2025</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Obrigações com terceiros	13	14.182.803
Conta digital	14	913.750
Empréstimos	15	3.448.522
Instrumentos financeiros derivativos	32	23.682
Fornecedores		547.745
Contas a pagar de partes relacionadas	16	37.777.422
Salários e encargos	20	254.394
Impostos a pagar	17	707.999
Provisões para contingências	19	94.782
Receita diferida		121.843
Outros passivos		163.218
Imposto de renda diferido	18	1.980.546
Circulante e não circulante		60.216.706
Patrimônio líquido		
Capital social	21	4.676.968
Reserva de lucros	21	5.270.224
Ajustes de avaliação patrimonial	21	(155.677)
Total patrimônio líquido		9.791.516
Total passivo e patrimônio líquido		70.008.221

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração do resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota explicativa	1º semestre 2025
Receitas de intermediação financeira		2.467.344
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	22	2.467.344
Despesas de intermediação financeira	24	(2.505.349)
Operações de empréstimos e repasses		(2.505.349)
Resultado bruto da intermediação financeira		(38.005)
Outras receitas/despesas operacionais		331.755
Receitas de prestação de serviços	23	7.260.965
Resultado de participações em coligadas e controladas	10	79.455
Outras receitas operacionais		26.925
Despesas administrativas	25	(1.851.220)
Despesas operacionais	26	(4.206.662)
Despesas tributárias	27	(671.858)
Despesas de pessoal	28	(305.850)
Resultado operacional		293.750
Despesas não operacionais		(307)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		293.443
Imposto de renda e contribuição social		88.315
Provisão para imposto de renda	18	(41.453)
Provisão para contribuição social	18	(15.549)
Ativo fiscal diferido	18	145.317
Lucro líquido do semestre		381.757
Quantidade de ações		1.662.133.845
Lucro líquido por ação (em R\$)		0,2297

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais – R\$)

		<u>30 de junho de 2025</u>
Resultado líquido do semestre		381.757
Resultados abrangentes que poderão ser reclassificados para resultado em períodos subsequentes		
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda e instrumentos derivativos	21	(96.264)
Imposto de renda diferido	21	24.425
Resultado abrangente do semestre		<u>309.918</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo 31 de dezembro de 2024 e semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		4.676.968	415.656	4.777.169	(83.838)	9.785.955
Lucro líquido do semestre	21	-	-	381.757	-	381.757
Marcação a mercado sobre ativos financeiros	21	-	-	-	(69.520)	(69.520)
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	(2.319)	(2.319)
Res. CMN 4.966	21	-	-	(38.327)	-	(38.327)
Distribuição de dividendos	21	-	-	(266.031)	-	(266.031)
Saldos em 30 de junho de 2025		4.676.968	415.656	4.854.568	(155.677)	9.791.515

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações de Fluxo de Caixa
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	30 de junho de 2025 2025
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		293.443
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:		
Depreciação e amortização	25	894.788
Baixas de imobilizado sem ganho/perda	11	84.345
Equivalência patrimonial	10	(79.455)
Total de perdas	26	98.771
Juros, receita de aplicações financeiras e variação cambial, líquida		(64.989)
Variação de ativos e passivos operacionais		2.932.203
Títulos e valores mobiliários		480.000
Reservas compulsórias		(3.413.048)
Contas a receber		121.910
Contas a receber (a pagar) de partes relacionadas		76.014
Instrumentos financeiros derivativos		(165.810)
Impostos a recuperar		(6.112)
Outras contas a receber		6.701
Depósitos judiciais		(2.156.511)
Obrigações com terceiros		(229.137)
Conta digital		(166.514)
Fornecedores		(10.219)
Salários e encargos sociais		(35.138)
Impostos a pagar		11.832
Provisão para contingências		(23.268)
Receita diferido		(63.662)
Outros passivos		
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(1.413.856)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.956)
Juros recebidos		2.489.660
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.065.848
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	11	(575.701)
Aquisições de intangível	12	(575.474)
Caixa utilizado nas atividades de investimento		(1.151.175)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos	15	4.748.000
Pagamento de principal sobre empréstimos	15	(5.955.370)
Empréstimos de partes relacionadas	16	29.543.000
Pagamento de empréstimos de partes relacionadas	16	(28.336.322)
Pagamento de leasing		(9.913)
Distribuição de dividendos	21	(266.031)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento		(276.636)
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa		(361.963)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	759.368
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	397.405
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(361.963)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

O Pagseguro Internet Instituição de Pagamento S.A. ("PagSeguro"), uma subsidiária do PagSeguro Digital Ltd. ("PagSeguro Digital"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de setembro de 2006, sediada na cidade de São Paulo - SP, Brasil e, tem por objeto social: atuação como instituidor de arranjo de pagamento; instituição de pagamento nas modalidades de credenciador, e emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós pago; desempenho de atividades pertinentes ou correlatas às mencionadas nos itens precedentes, incluindo, mas não se limitando, a veiculação de publicidade e desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico e liquidação financeira de transações relacionadas a determinado serviço de pagamento; e participação em outras sociedades, cujo objeto social seja relacionada, necessária ou conveniente a consecução do objeto social da sociedade no Brasil e/ou no exterior.

O PagSeguro obteve, em 17 de outubro de 2018, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, o Pagseguro passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

O PagSeguro tem como subsidiárias as empresas: Biva Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Biva Sec"), Concil Inteligência em Conciliação S.A. ("Concil"), Wirecard Brazil Instituição de Pagamento S.A. ("MoiP") e Netpos Serviços de Informática S.A. ("Netpos").

Contexto operacional das controladas

- **Biva Sec:** O principal objetivo da empresa é adquirir e securitizar soluções de crédito, como empréstimos e cartão de crédito;
- **Concil:** Em 12 de agosto de 2021, o PagSeguro adquiriu 100% do capital social da Concil. A empresa tem por objeto social a prestação de serviços profissionais de processamento de dados, provedores de serviços de aplicativos, serviços de hospedagem de internet, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, licenciamento e cessão de direito de uso de informática
- **MOIP:** Em 31 de outubro de 2020, o Pagseguro adquiriu 100% das ações emitidas da MOIP. A empresa fornece plataforma de pagamento online e processamento de pagamentos ponta a ponta para o comércio eletrônico. Além disso, a MOIP possui licença concedida pelo BACEN para atuar como instituição de pagamento. Em agosto de 2023, a MOIP deixou de gerar novas transações, as quais passaram a ser efetivadas pelo PagSeguro.
- **Netpos:** Em 18 de julho de 2023, o PagSeguro adquiriu 90%, além dos 10% anteriormente adquiridos em março de 2019 e obteve 100% da participação capital da empresa. As principais atividades da Netpos são soluções de software e hardware focadas em desenvolver melhores condições de gestão empresarial.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do PagSeguro foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN (Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução BCB 352/2023) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF.

Baseado no artigo nº 102 da BCB nº352, fica facultado as instituições a apresentação de período comparativo as demonstrações financeiras de 2025, dessa forma, utilizando de tal liberalidade do BACEN essa respectiva demonstração está sendo apresentada sem o devido período comparativo.

Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo BACEN. Os CPCs já aprovados pelo BACEN e considerados para a elaboração dessa demonstração financeira estão sumarizados abaixo:

- CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas
- CPC 06 (R2) - Arrendamentos
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 - Evento Subsequente
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 27 – Ativo Imobilizado
- CPC 28 – Propriedade para Investimento
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados
- CPC 41 – Resultado por ação
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no semestre demonstrado. Uma vez que o julgamento da Administração

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As presentes demonstrações financeiras foram apreciadas pela Diretoria do PagSeguro em reunião realizada em 28 de agosto de 2025.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

A moeda funcional e de apresentação é o Real. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Disponibilidades e caixa e equivalentes de caixa

São mantidos em disponibilidades os caixas e os equivalentes de caixa mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo, não para investimento ou qualquer outro fim.

O PagSeguro classifica como equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser imediatamente convertida em caixa e está associada a um risco imaterial de mudança em seu valor. O PagSeguro classifica aplicações financeiras com vencimentos originais de três meses ou menos como equivalentes de caixa.

Na demonstração financeira do semestre findo em 30 de junho de 2025, foi considerado caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 4.808 de 29/05/2020, dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações de interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação.

2.4. Títulos e valores mobiliários

O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de “somente principal e juros” (SPPJ). Com base no supracitado, o ativo será classificado como:

- **Custo Amortizado:** quando o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: quando o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

Os instrumentos financeiros estão classificados por categoria conforme apresentado na nota 32 da presente demonstração financeira.

2.5. Contas a receber

Os valores são principalmente relacionados a recebíveis de emissores de cartões de crédito/débito e adquirentes originados de transações por meio da plataforma do PagSeguro. Se o recebível é esperado em um ano ou menos, eles são classificados como ativo circulante. Caso contrário, eles são classificados como ativo realizável a longo prazo. Os recebíveis do PagSeguro são classificados como custo amortizado e uma parcela de certos recebíveis de emissores são administrados separadamente, o PagSeguro avaliou que o modelo de negócios apropriado para alguns recebíveis originados após setembro de 2024 são mensurados pelo valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA).

Com base na avaliação de risco, o PagSeguro estabelece uma redução ao valor recuperável de contas a receber. A provisão considera que o saldo de relações interfinanceiras é composto principalmente de transações aprovadas por grandes instituições financeiras, com um nível baixo de risco e boas avaliações das principais agências de rating, sem histórico de atraso e default de forma que a administração concluiu que não é necessário um alto nível de provisão para o risco de perda de crédito nesses recebíveis. O PagSeguro realiza periodicamente essa avaliação de risco conforme descrito na nota 29. Além disso, essas instituições financeiras são os devedores legais dos acordos de recebíveis.

O PagSeguro incorre em despesas financeiras quando solicita receber o pagamento antecipado das relações interfinanceiras de instituições financeiras. A despesa financeira é reconhecida quando a instituição financeira concorda em liquidar um recebível devido em parcelas pré-pagas e é registrado como despesas operacionais na demonstração do resultado.

2.6. Investimentos

A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial, como demonstrado na nota 10.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Imobilizado em uso

Os itens do imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Equipamento de processamento de dados	2,5 a 5 anos
Leasing	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 10 anos

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.8. Intangível

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo PagSeguro, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os ágios gerados relativos à aquisição de controladas serão amortizados pelo período de 5 anos.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares. Os custos também incluem, se aplicável, os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada não superior a cinco anos.

2.9. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, o PagSeguro deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

2.10. Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios. O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado pelo prazo de cinco anos, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável. O ágio decorrente de investimentos em controladas é classificado na rubrica de investimento nas demonstrações financeiras, como demonstrado na nota 10.

2.11. Obrigações com terceiros e conta digital

As obrigações com terceiros referem-se a saldos devidos a clientes que utilizam a plataforma do PagSeguro. O PagSeguro reconhece o valor justo da transação, ou seja, o montante líquido do custo de transação. O valor da conta digital registrado se refere ao valor disponível para retirada do cliente e de obrigações com terceiros refere-se aos montantes a serem ainda repassados aos estabelecimentos comerciais referentes às transações feitas pelos portadores de cartões.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.12. Empréstimos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo menos quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, exceto pelo derivativo embutido, que é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando os passivos são baixados, bem como por meio do processo de amortização pelo método dos juros efetivos. O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método de juros efetivos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na despesa de juros nas demonstrações de resultados.

2.13. Provisões

O PagSeguro é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias, previdenciárias e cíveis, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, histórico das ações, opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas para as provisões cujo risco de perda é remota, não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao PagSeguro, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

2.14. Reconhecimento da receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do PagSeguro. As receitas de prestação de serviços são representadas substancialmente por:

- Receita com taxa de intermediação: receitas de taxas cobradas pela intermediação de pagamentos eletrônicos. São reconhecidas em termos brutos e os custos de transação relacionados são reconhecidos como despesas operacionais;
- Receita com pré-pagamento: taxa de desconto cobrada sobre os pagamentos antecipados de obrigações com terceiros (*merchants*). A receita é reconhecida quando é efetuado o pagamento para os *merchants* de forma antecipada referente aos recebíveis de origem de vendas parceladas, sendo registrada na rubrica de receita de prestação de serviços na demonstração do resultado; e
- Receita de adesão: taxa não reembolsável para adesão de clientes ao ecossistema de serviços providos pelo PagSeguro. A receita de adesão é diferida ao longo do tempo baseado nas métricas internas dos clientes do portfólio do PagSeguro. O saldo registrado no balanço é composto basicamente por esta receita diferida.

2.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do ano, com base no estatuto social, que prevê que, no mínimo, 1% do lucro líquido do exercício seja distribuído como dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos diretores em Reunião de Diretoria.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.16. Plano de Incentivo de Longo Prazo (PILP Metas)

O PILP Metas foi estabelecido pelo PagSeguro Brasil em 18 de dezembro de 2018, conforme aprovado por nosso conselho de administração, e ratificado em 7 de agosto de 2019, 21 de fevereiro de 2020, 19 de janeiro de 2021, 16 de agosto de 2021 e 22 de dezembro de 2021. Os beneficiários do PILP Metas são selecionados pelo Comitê de Metas, composto por nosso Presidente do Conselho de Administração e dois diretores. Os beneficiários dos Objetivos recebem prêmios, que podem ser pagos em dinheiro, ações ordinárias Classe A ou uma combinação das duas, a critério do Comitê, com base nas metas estabelecidas em nosso plano de participação nos resultados corporativos para o ano. Se qualquer parte de um prêmio for pagável em ações ordinárias Classe A, o valor relevante em reais será convertido em ações ordinárias Classe A em data de apuração que cairá até o último dia útil do mês de março seguinte ao ano em que tal valor foi concedido. No plano PILP Metas, o respectivo pagamento deverá ser feito e/ou as ações ordinárias classe A entregues em até 10 dias úteis a partir dessa data de apuração.

Nas demonstrações financeiras do PagSeguro são registrados saldos de partes relacionadas a pagar junto ao PagSeguro Digital e despesas com pessoal relacionadas ao PILP-Metas.

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social correntes

Os ativos e passivos fiscais para o ano corrente são calculados com base no valor recuperável esperado ou no valor a pagar às autoridades fiscais. As taxas de impostos e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são as promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço nos países onde o PagSeguro opera e gera renda tributável.

O imposto de renda e a contribuição social corrente relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. O PagSeguro avalia periodicamente as posições tributárias envolvendo interpretação da regulamentação tributária e estabelece disposições quando apropriado.

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 9%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

PagSeguro Internet
Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Impostos diferidos

Os impostos diferidos resultam de diferenças temporárias entre as bases tributárias dos ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto nas seguintes situações:

- Quando o passivo de impostos diferidos decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta o lucro contábil nem o lucro tributável;
- Sobre diferenças de impostos temporárias relacionadas a investimentos em subsidiárias, quando o momento da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não se reverterão no futuro previsível;
- Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais negativos, na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual possam ser compensados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado à diferença temporária dedutível decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta a contabilização ou a perda de lucro tributável; e
- Os ativos tributários diferidos são reconhecidos nas diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas apenas na medida em que seja provável que as diferenças temporárias se reverterão no futuro previsível e que o lucro tributável estará disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil de ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que é provável que um lucro tributável suficiente esteja disponível para permitir que todo ou parte dos ativos fiscais diferidos sejam utilizados.

Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são revisados, em cada data de balanço, e reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir sua utilização.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados usando as taxas de imposto vigentes no ano em que os ativos serão realizados e os passivos serão liquidados. As taxas de imposto atualmente definidas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social são usadas para calcular impostos diferidos.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.18. Benefícios a empregados

O PagSeguro reconhece um passivo e uma despesa com base na estimativa de pagamento da participação nos resultados. Esta é calculada conforme o cumprimento de metas estipuladas pela Administração. A participação nos resultados é destinada a todos os profissionais do PagSeguro.

A definição dos montantes pagos é aprovada em comitê específico e seu pagamento está vinculado ao atingimento de metas definidas pela administração.

2.19. Capital social

Em 30 de junho de 2025 as ações ordinárias estão classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado líquido de impostos.

2.20. Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que:

I - Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Com base na definição acima, o PagSeguro não teve nenhuma operação classificada como não recorrente no semestre findo em 30 de junho de 2025.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.21. Normas emitidas e adotadas

Resolução BCB N° 352/2023:

A Resolução BCB nº 352/2023 estabelece conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Estas novas regras alinham os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros detidos por estas instituições financeiras às melhores práticas internacionais, mais especificamente ao pronunciamento IFRS 9 – Financial Instruments, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), a partir de 1º de janeiro de 2025.

Os principais aspectos que contém as novas normativas são:

Classificação de Instrumentos Financeiros

O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de “somente principal e juros” (SPPJ). Com base no supracitado, o ativo será classificado como:

- **Custo Amortizado:** quando o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** quando o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Valor Justo no Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

O PagSeguro realizou análise de suas carteiras, com o objetivo de identificar os modelos de negócios existentes, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos financeiros.

Com base nesta análise, não ocorreram alterações relevantes na mensuração da carteira decorrentes da adoção da nova norma, considerando que não existem mudanças significativas referentes a classificação que vinha sendo realizada sob a norma existente versus às novas classificações, com relação aos passivos financeiros, a classificação continua essencialmente sem alterações relevantes em relação a norma atual. A segregação desses ativos e passivos financeiros entre as categorias acima está demonstrada na nota 31.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Com base nos modelos adotados, o PagSeguro estimou que não há impacto em seu patrimônio líquido, decorrente da adoção da RES. BCB nº 352/2023, relativo à aplicação dos novos critérios de classificação de ativos financeiros em contrapartida aos respectivos ativos financeiros.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Com base nos novos normativos um ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático”, quando ocorrer um atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou se houver algum indicativo e que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

As operações reestruturadas trata-se de uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

O PagSeguro considera como ativo problemático os seguintes critérios para caracterização de um ativo problemático:

- Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos;
- Indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Constatação de que a contraparte não tem mais capacidade financeira de honrar a obrigação nas condições pactuadas;
- Reestruturação do ativo financeiro associado à obrigação;
- Falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial ou atos similares pedidos em relação à contraparte;
- Medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento das obrigações nas condições pactuadas;
- Diminuição significativa da liquidez do ativo financeiro associado à obrigação, devido à redução da capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações nas condições pactuadas;
- Descumprimento de cláusulas contratuais relevantes pela contraparte;
- Negociação de instrumentos financeiros de emissão da contraparte com desconto significativo que reflita perdas incorridas associadas ao risco de crédito.

Este ativo financeiro deixará de ser considerado um ativo problemático quando:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamento tempestivo de principal e de encargos por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações;

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

- Cumprimento das demais obrigações contratuais por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações;
- Evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

Com base nos modelos adotados, o PagSeguro estimou que não há impacto em seu patrimônio líquido, decorrente da adoção da RES. BCB nº 352/2023, relativo à aplicação dos novos conceitos de ativos problemáticos em contrapartida aos respectivos ativos financeiros.

Taxa Efetiva de Juros

A RES BCB nº 352/2023 estabelece, dentre outros, os requerimentos para apropriação de receita e encargos. Segundo a normativa as receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, pro rata temporis, utilizando-se o método de juros efetivos. Este normativo ainda determina que a taxa de juros efetiva dos instrumentos financeiros deve ser determinada pela taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

Em outras palavras, a taxa efetiva de juros reflete a taxa contratual acrescido dos custos de transação (despesas e receitas) que serão apropriados ao longo do tempo da operação. Sendo assim, o método de juros efetivo (ou taxa de juros efetiva) consiste em incorporar a taxa contratual (nominal) os custos e receitas ligadas a aquisição, originação ou emissão do instrumento financeiro e devem ser reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços através pro rata temporis.

Os instrumentos financeiros classificados nas categorias custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado utilizando o método de taxa efetiva de juros.

A Resolução BCB nº 352/2023, estabelece que os custos de transação que devem ser considerados na Taxa Efetiva de Juros são aqueles diretamente relacionados as receitas e despesas atribuíveis a aquisição, à originação ou à emissão do instrumento financeiro específico, desde que este possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo do instrumento.

Com base nos modelos adotados, o PagSeguro estimou que não há impacto em seu patrimônio líquido, decorrente da adoção da RES. BCB nº 352/2023, relativo à aplicação dos novos critérios de taxa efetiva de juros.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A RES. BCB nº 352/2023 introduz um novo modelo de perdas esperadas para ativos financeiros que requer o reconhecimento das perdas de crédito esperadas e pisos mínimos de perda de crédito em vez de somente a aplicação das regras de provisionamento estabelecidos na Resolução nº 2682, de 22 de dezembro de 1999, previstas no padrão atual.

De acordo com as novas diretrizes o PagSeguro irá realizar a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela metodologia completa, de acordo com os critérios da Resolução BCB nº 352/2023 para: i) ativos financeiros; (ii) garantias financeiras prestadas; (iii) compromissos de crédito e créditos a liberar, sendo que:

O PagSeguro aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (*lifetime*). O reconhecimento de juros dessas operações se dá sobre o saldo devedor financeiro, sem considerar valores de provisão para perda esperada.

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em *default*) os quais já estão provisionados pelos pisos mínimos exigidos pela Res. BCB 352. Para esses casos, os créditos já estão em default e os eventuais juros são reconhecidos somente quando há o pagamento das parcelas em atraso.

Metodologia de estimação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

- Probabilidade de Inadimplência (PD): é definido como a probabilidade de que a contraparte não possa cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos da RES. BCB nº 352/2023, serão considerados ambos: PD-12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD - tempo de vida, que considera a probabilidade de que a operação se torne ativo problemático entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação para a estimação desses parâmetros.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

- Perda por Inadimplência (LGD): é a perda resultante no caso de incumprimento, ou seja, a porcentagem de exposição que não pode ser recuperado em caso de inadimplência. Depende, principalmente, das garantias associadas à operação, que são consideradas como fatores de mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro de crédito e aos fluxos de caixa futuros esperados a serem recuperados. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimação.

- Exposição a Inadimplência ou EAD: é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser disponibilizados no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam premissas sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações.

- Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, igual ao valor presente líquido do instrumento financeiro ao seu valor contábil.

Para a estimativa dos parâmetros supracitados, o PagSeguro tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

Para este fim, o PagSeguro trabalhou na definição de um modelo interno com o objetivo de analisar todas as alterações necessárias para adaptar as classificações e modelos contábeis, bem como estimar a perda esperada associada ao risco de crédito, com base nisso, o PagSeguro teve um impacto no patrimônio líquido R\$38.327 milhões de incremento de provisão para perdas esperadas, este incremento abrange as relações interfinanceiras para os recebíveis contra os bancos emissores e os recebíveis de cartão de crédito.

Stop Accrual

A RES. BCB nº 352/2023 estabelecem, dentre outros, os requerimentos para apropriação de receita e encargos. Segundo a normativa as receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, pro rata temporis, utilizando-se o método de juros efetivos, com interrupção do acúmulo de juros (*stop accrual*) quando caracterizado como um ativo problemático (com problema de recuperação de crédito). Nestas situações, o reconhecimento de juros se dará quando do seu efetivo recebimento e não por ocasião pro rata temporis, como reconhecidos para os ativos não problemáticos.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

Operações Renegociadas e/ou Reestruturadas

A RES BCB nº 352/2023 apresenta os seguintes conceitos em relação a reestruturações e renegociações:

Renegociação: acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original;

Reestruturação: renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

A resolução BCB nº 352/2023, apresenta orientações voltadas ao tratamento de receitas e despesas associadas a reestruturações quando ocorrer adoção da metodologia diferenciada para cálculo da taxa efetiva de juros, aplicável a operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito, essas também serão detalhados nesse documento.

De acordo com os critérios estabelecidos pela Administração do PagSeguro, serão qualificadas como operações reestruturadas quando:

- Renegociação de operações classificadas como ativos problemáticos
- Renegociação de operações que sofreram renegociações sucessivas
- Renegociações que incluam descontos sobre o saldo de principal
- Renegociações com prorrogações significativas nos prazos para pagamento
- Renegociações de operações de Cartões cancelados

O PagSeguro não estima impacto, uma vez que não há reestruturações de operações em seu modelo de negócios.

Contabilização de Hedge

Conforme estabelecido nas RES. BCB nº 352/2023, as novas regras para contabilidade de hedge, somente serão implementadas em 2027, desta forma, o PagSeguro realizará mais adiante, os estudos e avaliações dos impactos técnicos sobre as estruturas de proteção.

O Pagseguro aplicou as seguintes alterações pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2025:

- Alteração à IAS 21 "Falta de Conversibilidade" (CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis): emitida em agosto de 2023, com o objetivo de esclarecer às entidades como determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e qual taxa de câmbio à vista utilizar quando não for. As alterações à IAS 21 entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025. A implementação não teve impactos nos resultados financeiros.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos para o exercício, estão contempladas a seguir:

a) Contingências

O PagSeguro reconhece provisões para processos cíveis, tributários e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis e as decisões mais recentes dos tribunais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

b) Impairment de ativos

O julgamento da administração deve ser exercido especialmente na previsão dos fluxos de caixa da UGC, cálculo do custo médio ponderado de capital ("WACC"), estimativa de inflação e taxa de crescimento de longo prazo com base no produto interno bruto estimado usado no cálculo do valor em uso do UGC.

Em virtude da migração das operações da MOIP para o PagSeguro, o teste de impairment para os ativos de vida útil indefinida gerados pela aquisição da MOIP, levam em consideração os clientes originários da MOIP que já estão sendo atendidos pelo PagSeguro.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30 de junho de 2025</u>
Depósitos bancários	<u>121.111</u>
Aplicações interfinanceiras com liquidez	<u>276.294</u>
	<u>397.405</u>

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo e incluem valores disponíveis em contas bancárias e investimentos no Brasil e no exterior. O valor de remuneração de caixa e equivalentes de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2025 é de R\$32.501.

PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários

	30 de junho de 2025				
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de custo	Provisão para perda	Valor de mercado
Fundos de investimento em renda fixa exclusivos - (a)	497	3.328.129	3.328.626		3.328.626
Debêntures - (b)	585.235	640.021	1.225.256	(193.774)	1.031.482
Letras financeira de renda fixa – (c)	214.071	404.889	618.960		618.960
	799.803	4.373.039	5.172.842	(193.774)	4.979.068

(a) O saldo se refere ao saldo do FIDC. A remuneração do FIDC para o semestre findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$2.240.329.

(b) Os saldos referem-se a debêntures lastreadas em créditos de cartões de créditos e empréstimos da Biva Sec, controlada direta do PagSeguro. A taxa de remuneração é de 106% do CDI para o semestre findo em 30 de junho de 2025. O valor de remuneração para o primeiro semestre de 2025 é de R\$82.350.

(c) Os saldos referem-se Letras Financeiras adquiridas pelo mercado secundário e com o Banco seguro no montante de R\$358.467, os títulos com uma taxa média de retorno de 100% sobre a SELIC. O valor de remuneração para o semestre findo em 30 de junho de 2025 é de R\$41.994.

6. Reservas compulsórias

Consiste na reserva de moeda eletrônica para atendimento às exigências de instituições de pagamento autorizadas e para suporte às operações de instituições financeiras, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil, no montante de R\$ 1.121.823 em 30 de junho de 2025 com rentabilidade média de 100% do CDI e uma remuneração de R\$70.170 no primeiro semestre de 2025.

PagSeguro Internet

Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	30 de junho de 2025
Emissores – Custo amortizado(i)	50.894.159
Emissores – VJORA(i)	3.377.440
PDD - Adquirência	(30.485)
Cartão de crédito (ii)	575.742
PDD – Cartão de crédito	(60.153)
Outros	70.907
Total	54.827.610
Curto prazo	54.396.644
Longo prazo	430.966

(i) Emissores: contas a receber derivados de transações que o PagSeguro atua como intermediador financeiro de operações com bancos emissores. Decorrente de acordos de intermediação entre o PagSeguro e as bandeiras Visa, Mastercard, Hipercard, Elo ou Amex. No entanto, os recebíveis contratuais do PagSeguro são com as instituições financeiras, as quais são os devedores legais das contas a receber. Além disso, os valores devidos no prazo de 27 dias a partir da transação original, incluindo os que são devidos com a primeira parcela de prestação de contas a receber, são garantidos pela Visa, Mastercard, Hipercard, Elo ou Amex, conforme aplicável, no caso de os devedores legais não efetuarem o pagamento. O PagSeguro avaliou que o modelo de negócio apropriado de alguns emissores de cartões originados após setembro de 2024 que é mantido pelo PagSeguro como parte da gestão de liquidez, é mantido para venda e mensurado pelo VJORA. Portanto, parte dos recebíveis, no valor de R\$3.377.440, passou de custo amortizado para valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A perda não realizada na marcação a mercado de contas a receber, líquida de impostos, semestre findo em 30 de junho de 2025, totalizou R\$75.863.

(ii) Trata-se do saldo líquido dos recebíveis de cartões de créditos de compras à vista, parcelado estabelecimento e faturas do portador.

As contas a receber por prazo de vencimento são representados como segue:

	30 de junho de 2025
A vencer em até 30 dias	20.712.149
A vencer em até 31 a 120 dias	20.957.034
A vencer em até 121 a 180 dias	6.310.770
A vencer em até 181 a 360 dias	6.416.691
Acima de 360 dias	430.966
	54.827.610

8. Impostos a recuperar

	30 de junho de 2025
Imposto de renda e contribuição social (i)	934.590
Pis e COFINS (ii)	26.092
	960.682

(i) Refere-se principalmente aos montantes oriundos das operações do FIDC.

(ii) Refere-se a Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar sobre atividades de transação e outros serviços.

PagSeguro Internet

Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Depósitos judiciais

O PagSeguro obteve decisões judiciais para recolher em juízo, via depósito judicial, montantes relacionados as contingências tributárias, cíveis e trabalhistas. Os depósitos judiciais são compostos, conforme abaixo:

	30 de junho de 2025
Tributárias (i)	432.727
Cíveis	14.811
Trabalhistas	8.160
	455.698

(i) Os saldos depositados em juízo referem-se aos tributos devidos referentes a ISS, PIS e COFINS.

Abaixo está demonstrado a movimentação dos depósitos judiciais no período findo em 30 de junho de 2025:

Em 31 de dezembro de 2024	445.313
Adições	7.727
Baixas	(14.429)
Atualizações	17.087
Em 30 de junho de 2025	455.698

10. Investimentos

Informações das investidas em 30 de junho de 2025

Controladas diretas	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro do semestre	Participação no capital social e votante (%)	Equivalência patrimonial	Investimentos em controladas
BivaSec	-	120.817	35.152	99,99	35.151	120.817
MOIP	705.060	716.778	27.668	99,99	27.668	716.778
Concil	321.037	358.423	15.280	99,99	15.280	358.423
Netpos	5	6.232	1.356	100	1.356	6.232
Total					79.455	1.202.250
Ágio gerado aquisição control:						279.537
Amortização de ágio acumulad						(235.263)
Total						1.246.344

PagSeguro Internet

Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

	30 de junho de 2025		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máquinas e equipamentos (a)	4.592.530	(2.222.225)	2.370.305
Equipamentos de processamento de dados	260.367	(120.565)	139.802
Benfeitorias imóveis de terceiros	19.342	(8.519)	10.823
Leasing (b)	170.456	(89.315)	81.141
Outros	41.821	(27.899)	13.922
Total	5.084.516	(2.468.523)	2.615.993

Movimentação do imobilizado:

	Máquinas e equipamentos (a)	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias imóveis de terceiros	Leasing	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	4.293.816	259.824	18.991	163.003	39.713	4.775.347
Depreciação acumulada	(1.989.240)	(107.716)	(7.569)	(79.416)	(22.084)	(2.206.025)
Saldo contábil, líquido	2.304.576	152.108	11.422	83.587	17.629	2.569.322
Em 30 de junho de 2025						
Custo	298.714	543	351	7.453	2.108	309.169
Adições	569.958	553	367	7.453	4.823	583.154
Baixas	(271.244)	(9)	(16)	-	(2.715)	(273.984)
Depreciação	(232.985)	(12.849)	(950)	(9.899)	(5.815)	(262.498)
Adições	(421.268)	(12.849)	(950)	(9.899)	(7.171)	(452.137)
Baixas (c)	188.283	-	-	-	1.356	189.639
Saldo contábil, líquido	2.370.305	139.802	10.823	81.141	13.922	2.615.993
Em 30 de junho de 2025						
Custo	4.592.530	260.367	19.342	170.456	41.821	5.084.516
Depreciação acumulada	(2.222.225)	(120.565)	(8.519)	(89.315)	(27.899)	(2.468.523)
Saldo contábil, líquido	2.370.305	139.802	10.823	81.141	13.922	2.615.993

(a) O valor contábil de custo de máquinas e equipamentos inclui o montante de R\$4.510.353 referentes às máquinas POS (R\$4.215.916 em 31 de dezembro de 2024), as quais apresentam vida útil de 5 anos. A depreciação acumulada das máquinas POS em 30 de junho de 2025 é de R\$2.190.205 (R\$1.961.158 em 31 de dezembro de 2024).

(b) Em 30 de junho de 2025, a PagSeguro possuía um passivo de arrendamento registrado em outros passivos circulantes no valor de R\$ 19.137 e no passivo não circulante no valor de R\$ 66.004. No semestre findo em 30 de junho de 2025, o Grupo incorreu em custos financeiros relacionados a esses arrendamentos no valor de R\$ 9.913.

(c) O valor contábil líquido das baixas está impactado por R\$73.792 referentes a baixa de POS, sendo R\$251.315 de custo e R\$177.523 de depreciação. Durante o primeiro semestre de 2025, o PagSeguro revisou sua estratégia de negócios para um grupo específico de lojistas e observou que nenhum benefício econômico futuro deles é esperado, resultando na baixa de dispositivos POS alocados a esses lojistas.

PagSeguro Internet

Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

	30 de junho de 2025		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Gastos com software e tecnologia	5.471.452	(2.909.463)	2.561.989
Direito de uso de software	324.966	(202.736)	122.230
Marcas e patentes	25	-	25
	5.796.443	(3.112.199)	2.684.244

Movimentação do intangível:

	Gastos com software e tecnologia	Direito de uso de software	Marcas e patentes	Total
Em 31 de dezembro de 2024				
Custo	4.913.661	307.283	25	5.220.969
Amortização acumulada	(2.480.530)	(178.101)	-	(2.658.631)
Saldo contábil, líquido	2.433.131	129.182	25	2.562.338
Em 30 de junho de 2025				
Custo	557.791	17.683	-	575.474
Adições (a)	557.791	17.683	-	575.474
Amortização	(428.933)	(24.634)	-	(453.567)
Adições	(428.933)	(24.634)	-	(453.567)
Saldo contábil, líquido	2.561.989	122.230	25	2.684.244
Em 30 de junho de 2025				
Custo	5.471.452	324.966	25	5.796.443
Amortização acumulada	(2.909.463)	(202.736)	-	(3.112.199)
Saldo contábil, líquido	2.561.989	122.230	25	2.684.244

(a) As adições se referem aos gastos pulverizados com desenvolvimento de software, principalmente relacionados a melhora da experiência do cliente, tais como: Adquirência, emissão, conta digital, pagamento digital, aplicativo de celular, novas plataformas estruturais de dados e digitais, entre outros. Adicionalmente, foi realizado avaliação no reconhecimento contábil dos ativos intangíveis gerados internamente e que têm como objetivo tornar essas práticas mais aderentes aos requerimentos da Resolução BCB nº7/20.

13. Obrigações com terceiros

As contas a pagar aos estabelecimentos, no montante de R\$ 14.182.803 correspondem, principalmente, aos valores a serem pagos aos estabelecimentos relacionados às transações realizadas pelos seus titulares de cartão, líquidos das taxas de intermediação e dos descontos aplicados.

14. Conta digital

Refere-se ao montante de R\$ 913.750 das contas de pagamentos dos estabelecimentos comerciais para o qual o PagSeguro adquiriu títulos do tesouro para atender a determinadas exigências, conforme mencionado na nota explicativa 6. No semestre findo em 30 de junho de 2025.

PagSeguro Internet

Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos

A composição dos empréstimos está demonstrada abaixo:

Originação	Vencimento	Taxa de Juros	30 de junho de 2025
Março, 2025	Outubro, 2025	104,0% do CDI	820.482
Junho, 2025	Julho, 2025	107,5% do CDI	1.003.055
Dezembro, 2024 (i)	Dezembro, 2025	105,0% do CDI	643.191
Janeiro, 2025 (i)	Janeiro, 2026	107,0% do CDI	981.794
			3.448.522

(i) Os empréstimos foram contratados em moeda estrangeira, conforme mencionado na nota 33.

O saldo de empréstimos refere-se a recursos para capital de giro relacionados à operação de pré-pagamento e à concessão de crédito. Esses empréstimos têm taxas de juros atrativas e têm um prazo de vencimento substancialmente curto, portanto, a decisão de captar recursos por meio de empréstimos é baseada em oportunidades de mercado e eficiência financeira, independentemente do instrumento utilizado.

Em 30 de junho de 2025, o PagSeguro registrou os efeitos dos derivativos de swap no ativo no montante de R\$22.285 conforme mencionado na nota 32.

A movimentação dos empréstimos está demonstrada abaixo:

31 de dezembro de 2024	Adições	Pagamento do principal	Juros	MTM	30 de junho de 2025
4.521.503	4.748.000	(5.955.370)	133.711	678	3.448.522

16. Partes relacionadas

i) Saldos e transações com partes relacionadas

	30 Junho de 2025	
	Ativo	Passivo
Controladora		
PagSeguro Digital Ltd. (a)	-	215.240
Universe Online S/A (b)	-	40.001
Controladas e Afiliadas		
BancoSeguro (c)	34.932	37.356.786
PagSeguro Tecnologia Ltda (d)	1.510	57.317
Net+Phone Telecomunicações Ltda (e)	-	71.267
Compasso Informática S.A. (f)	-	12.656
Compasso Tecnologia Ltda (g)	-	13.378
Outros	5.919	10.777
	42.361	37.777.422
Curto prazo	42.361	37.562.183
Longo prazo	-	215.240

(a) Saldo passivo relacionado ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (PILP).

(b) Compra de serviços de publicidade, suporte técnico em informática e por repasse de despesas, principalmente relacionadas a despesas de pessoal.

PagSeguro Internet

Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas – Continuação

(c) Os saldos do passivo referem-se substancialmente aos empréstimos realizados no montante de R\$ 37.210.316 com uma remuneração média de 104,5% do CDI, o saldo ativo refere-se a repasses de despesas de consultoria, software, pessoal, além dos montantes em processo de liquidação para os repasses entre as empresas.

(d) Saldo passivo é substancialmente representado por repasses de valores a liquidar aos merchants e do ativo referente ao repasse de despesa de pessoal.

(e) O saldo aos valores de subsídio efetuado pelo PagSeguro para empresa Net+Phone Telecomunicações, em relação as operações de atendimento.

(f) Compra de serviços de informática e hospedagem (cloud).

(g) O saldo passivo refere-se a compra de serviços de informática e desenvolvimento de software.

ii) Receitas e despesas provenientes de transações com partes relacionadas:

	30 Junho de 2025	
	Receita	Despesa
Controladora final		
Universe Online S/A (a)	1.895	131.172
Controladas e Afiliadas		
BancoSeguro (b)	440.343	2.299.288
PagSeguro Tecnologia Ltda (c)	16.726	-
Net+Phone Telecomunicação Ltda. (d)	-	25.622
Compasso Informática S.A. (e)	-	81.751
Compasso Tecnologia Ltda (f)	-	4.651
Outros	9.245	9.012
	468.209	2.551.496

(a) Compartilhamento de custos de serviços relacionados sobretudo a folha de pagamento de funcionários e serviços de publicidade, em relação a receita se refere aos fees cobrados na intermediação.

(b) A despesa refere-se substancialmente ao custo dos empréstimos realizados no semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme mencionado na nota 24. As receitas referem-se substancialmente ao comissionamento referente a distribuição de produtos, além do repasse de gastos de consultoria e software pagos pelo PagSeguro e repassados ao BancoSeguro.

(c) As receitas referem-se a intermediação de serviços, a PagSeguro Tecnologia atua como facilitador de pagamentos.

(d) O montante refere-se aos valores de subsídio efetuado pelo PagSeguro para empresa Net+Phone Telecomunicações, em relação as operações de atendimento.

(e) Serviços de suporte técnico em informática e hospedagem (cloud).

(f) Refere-se a compra de serviços de informática e desenvolvimento de software.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores do PagSeguro. A remuneração paga aos diretores do PagSeguro para o semestre findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$22.973.

PagSeguro Internet

Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Impostos a pagar

	30 de junho de 2025
Impostos	
COFINS (a)	380.070
ISS	196.786
PIS (a)	59.978
Imposto de renda e contribuição social	57.002
IRRF	13.331
Outros	832
	707.999

(a) O saldo de impostos retidos refere-se substancialmente a operação do FIDC.

18. Imposto de renda corrente e diferido

	Lei do bem (i)	Outras diferenças temporárias - ativo	FIDC 1.585/2015 (ii)	Outras diferenças temporárias - passivo	Total
Em 31 de dezembro de 2024	(835.988)	449.512	(1.235.908)	(74.126)	(1.696.510)
Incluído na demonstração do resultado	(40.081)	(20.159)	243.478	(37.920)	145.318
Outros resultados abrangentes	-	41.626	-	-	41.626
Em 30 de junho de 2025	(876.069)	470.979	(992.430)	(112.046)	(1.509.565)
Imposto de renda diferido ativo					470.979
Imposto de renda diferido passivo					1.980.546

- (i) Refere-se ao benefício obtido da lei de tecnologia da informação (lei do bem), o qual reduz o valor devido de imposto de renda e contribuição social na proporção dos investimentos do PagSeguro em intangíveis, capitalizados quando relacionados à inovação tecnológica.
- (ii) O imposto de renda sobre o FIDC é constituído de forma diferida e somente pago no momento da amortização das cotas.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para compensar prejuízos fiscais na medida em que a realização do benefício fiscal relacionado por meio de lucros tributáveis futuros seja provável. Os prejuízos fiscais não possuem data de expiração. Ambos os saldos registrados no ativo e passivo são não circulantes.

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social registrados no semestre findo em 30 de junho de 2025:

	30 de junho de 2025
Lucro líquido do semestre antes do imposto de renda e da contribuição social	293.443
Alíquota vigente	34%
Expectativa da despesa de imposto de renda e contribuição social em relação ao lucro contábil antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente:	(99.770)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:	
Adições (exclusões) permanentes:	
Benefício com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.195/05	148.269
Equivalência patrimonial	27.015
Outras adições (exclusões)	12.801
Crédito com imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do semestre	88.315
Alíquota efetiva	n/a
Provisão para imposto de renda	(41.453)
Provisão para contribuição social	(15.549)
Ativo fiscal diferido	145.317

PagSeguro Internet**Instituição de Pagamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisões para contingências

O PagSeguro é parte em litígios trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo tais questões nas esferas administrativa e judicial, para as quais, em alguns casos, o PagSeguro efetuou os depósitos judiciais correspondentes. A probabilidade de um resultado negativo é avaliada periodicamente e ajustada pela administração, quando apropriado. Tal avaliação considera a opinião de seus assessores jurídicos externos.

	<u>30 de junho de 2025</u>
Cíveis	<u>78.479</u>
Trabalhistas	<u>16.303</u>
Total	<u>94.782</u>
Curto prazo	<u>63.177</u>
Longo prazo	<u>31.605</u>

A movimentação das contingências está demonstrada abaixo:

Em 31 de dezembro de 2024	<u>78.176</u>
Adições	<u>34.738</u>
Pagamentos	<u>(22.905)</u>
Atualizações	<u>4.773</u>
Em 30 de junho de 2025	<u>94.782</u>

O PagSeguro é parte em ações tributárias, trabalhistas e cíveis com riscos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída em 30 de junho de 2025. As ações classificadas como perda possível totalizam R\$706.137.

Em 15 de outubro de 2021, o PagSeguro foi autuado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") por não recolhimento de IOF sobre operações financeiras ("IOF") sobre empréstimos entre empresas do grupo. O IOF incide sobre operações de crédito de qualquer natureza, inclusive empréstimos *intercompany*, o valor desta autuação foi de R\$328.442. O PagSeguro apresentou sua defesa, esclarecendo que as operações realizadas entre o PagSeguro e suas controladas não são operações de crédito. O Grupo possui um caixa centralizado e, de acordo com a lei, esse tipo de operação não é tributável pelo IOF.

Adicionalmente o PagSeguro possui processos de impostos trabalhistas totalizando o valor de R\$205.823.

20. Salários e encargos sociais

	<u>30 de junho de 2025</u>
Salários e participações nos lucros	<u>147.732</u>
Encargos sociais	<u>99.721</u>
Outros	<u>6.941</u>
	<u>254.394</u>

PagSeguro Internet**Instituição de Pagamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquidoCapital social

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social totalmente subscrito e integralizado, é de R\$4.676.968, representado por 1.662.133.845 ações ordinárias, sem valor nominal.

Reserva legal

A reserva legal é constituída de acordo com o Estatuto, sendo 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social realizado. A reserva legal totalizou um montante de R\$415.656 e somente será utilizada para aumento do capital ou para absorção de prejuízos.

Reserva de retenção de lucros

A Administração do PagSeguro propôs a constituição de reserva de retenção de lucros de R\$77.398, referente ao lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2025, sendo um impacto negativo de R\$38.327 devido a Res. CMN 4.966 que entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

Dividendos

Por meio de reuniões da Diretoria, foi aprovado em 25 de março de 2025 a distribuição de R\$10.238 referente aos dividendos obrigatórios referentes ao lucro líquido do exercício de 2024, além disso foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares nos valores de R\$10.568 em 08 de maio de 2025 e R\$245.225 em 09 de maio de 2025, totalizando um montante de R\$266.031 de dividendos pagos absorvidos pela reserva de lucros.

Ajustes de avaliação patrimonial

O PagSeguro reconhece nesta rubrica o ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros negativo no valor de R\$155.677, sendo um ajuste negativo de R\$69.520 devido a marcação a mercado dos ativos financeiros e um impacto negativo de R\$2.319 referente ao efeito dos derivativos contratados nos empréstimos.

22. Receitas operações com títulos e valores mobiliários

	30 de junho de 2025
Fundos de investimentos (i)	2.240.329
Debêntures	82.350
Depósitos compulsórios	70.170
Letras financeiras	41.995
Títulos privados	20.053
Outros	12.447
Total	2.467.344

(i) O saldo refere-se substancialmente a receita de aplicação com o FIDC, conforme saldo apresentado na nota 5

PagSeguro Internet**Instituição de Pagamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receitas de prestação de serviços

	30 de junho de 2025
Receita de intermediação	3.986.282
Receita com pré-pagamento	2.926.534
Comissionamento	263.361
Receita de adesão	94.358
Outras receitas	5.098
Cancelamentos	(14.668)
Total	7.260.965

24. Despesas de operações de empréstimos e repasses

	30 de junho de 2025
Juros s/ empréstimos - no país (i)	(2.394.540)
Juros s/ empréstimos - no exterior	(110.022)
Custo de SWAP	(1.428)
Outras	641
Total	(2.505.349)

(h) Sobre os juros de empréstimos no país, o montante de R\$2.299.288 em 30 de junho de 2025 é com o BancoSeguro, demonstrado na nota 16.

25. Despesas administrativas

	30 de junho de 2025
Depreciação e amortização	(894.788)
Marketing e publicidade (i)	(468.875)
Despesas com software	(336.729)
Baixa de ativos	(74.558)
Manutenção de equipamentos	(39.138)
Honorários e consultorias	(38.056)
Contingências	(36.304)
Outras	(37.330)
	(1.925.778)

(i) O saldo refere-se substancialmente aos gastos com estratégias em veiculações online e offline.

26. Despesas operacionais

	30 de junho de 2025
Custo da transação	(3.346.238)
Subsídio (i)	(380.014)
Antecipação de recebíveis	(306.703)
Total de perdas	(98.771)
Outras	(379)
	(4.132.105)

(i) Saldo refere-se aos valores de subsídio efetuado pelo PagSeguro para empresa Net+Phone Telecomunicações, em relação as operações de atendimento.

PagSeguro Internet**Instituição de Pagamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Despesas tributárias

	30 de junho de 2025
COFINS	(528.820)
PIS	(103.158)
ISS	(28.999)
Outros	(10.881)
	<u>(671.858)</u>

28. Despesas com pessoal

	30 de junho de 2025
Salários e encargos	(196.375)
Benefícios	(60.629)
Participações nos lucros	(48.846)
Total	<u>(305.850)</u>

29. Gerenciamento de risco

As atividades do PagSeguro a expõem a diversos riscos: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco operacional, risco de fraude (total de perdas), risco de crédito, risco de liquidez e prevenção à lavagem de dinheiro. O programa de gestão de riscos do PagSeguro concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do PagSeguro que utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, quando aplicável.

Entre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio do PagSeguro, destacam-se:

i) Risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações à vista ou futuras são mantidas em moeda diferente da moeda funcional do PagSeguro. Uma vez que nossa exposição cambial está basicamente relacionada ao saldo de equivalentes de caixa em moeda estrangeira e os empréstimos os quais possuem instrumentos derivativos para proteção, portanto, o risco cambial é irrelevante no contexto do PagSeguro.

ii) Risco Operacional

O PagSeguro define e trata o gerenciamento do Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes dos seguintes eventos: a) falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas; e b) de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como de sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros oriundos

PagSeguro Internet**Instituição de Pagamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Gerenciamento de risco--Continuação

das atividades desenvolvidas por uma instituição de pagamento, conforme a Circular Bacen nº 3.681/2013.

As atribuições relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos operacionais do PagSeguro, se dá a partir dos procedimentos de: mapeamento, identificação, avaliação, mensuração, mitigação, controle e monitoramento dos riscos operacionais, com reportes periódicos ao corpo diretivo.

iii) Riscos de fraude (“total de perdas”)

O PagSeguro utiliza dois processos para controlar o risco de fraude:

O primeiro consiste no monitoramento, em tempo real, via sistema antifraude das transações efetuadas com cartões de crédito, débito e boletos, que aponta, identifica, aprova ou recusa transações suspeitas de fraude no momento da autorização, a partir de modelos estatísticos revisados periodicamente.

O segundo processo tem a função detectiva para tratamento de *chargebacks* e disputas, onde o primeiro processo não identificou a fraude. Este processo retroalimenta o primeiro para aumentar a capacidade de evitar novas fraudes.

iv) Riscos de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, seja pelo tomador ou pela contraparte, de suas obrigações financeiras definidas nos termos pactuados, bem como a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relacionados ao não cumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

No PagSeguro, o risco de crédito se resume à possibilidade de inadimplência:

- os emissores do cartão, que têm a obrigação de repassar ao PagSeguro as taxas cobradas pelas transações realizadas pelos titulares de seus cartões, e/ou
- os subadquirentes, que são utilizados pelo PagSeguro para aprovar transações com os emissores.

PagSeguro Internet**Instituição de Pagamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Gerenciamento de risco--Continuação

Para a mitigação deste risco, o PagSeguro instituiu um Comitê de Risco de Crédito cuja função é analisar o nível de risco de cada um dos emissores de cartão capturados pelo PagSeguro e assim classificá-los em três grupos:

- Emissores de cartão com baixo nível de risco, avaliados pelos ratings das agências FITCH, S&P e Moody's e são dispensados de monitoramento adicional;
- Emissores de cartão com nível de risco médio e que são monitorados, também, pelos Indicadores de Basileia e imobilização; e
- Emissores de cartão com nível de risco alto e que são avaliados pelo Comitê em reuniões mensais.

Adicionalmente, o gerenciamento de riscos de crédito prevê procedimentos para recuperação de créditos relacionado aos estágios de risco de perda, a rolagem e/ou renegociação dos créditos, não se limitando as premissas da circular 3.681/13 do BACEN.

v) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de o PagSeguro não honrar suas obrigações, correntes e futuras, incluindo-se as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar de forma relevante suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de o PagSeguro não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O PagSeguro gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros, com o objetivo de garantir recursos suficientes para honrar os compromissos com os estabelecimentos e às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e outros instrumentos financeiros, escolhendo instrumentos com liquidez adequada, fornecendo a segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 30 de junho de 2025, o PagSeguro mantinha caixa e caixa equivalentes de R\$397.405.

PagSeguro Internet
Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(E em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Gerenciamento de risco--Continuação

O PagSeguro possui apenas posições de instrumentos financeiros e empréstimos indexados ao CDI. O PagSeguro conduziu uma análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros a que os instrumentos financeiros e os empréstimos que estão expostos em 30 de junho de 2025. Para esta análise, adotamos alguns cenários simulados para os juros futuros, considerando um acréscimo de 1% do CDI (totalizando 15,90% do CDI), um decréscimo de 1% do CDI (totalizando 13,90%) e uma expectativa com a estabilidade de 14,90% do CDI. Com isso, o resultado da receita financeira (com relação aos investimentos financeiros) e despesas financeiras (com relação ao certificado de depósito e títulos corporativos) seriam impactadas da seguinte forma:

Transação	Risco de juros	Montante	Cenário provável com manutenção do CDI (14.90%)	Cenário simulado com crescimento para 15.90%	Cenário simulado com redução para 13.90%
Investimentos com liquidez	100% do CDI	276.294	41.168	43.931	38.405
Títulos e valores mobiliários	104% do CDI	1.844.217	255.753	272.917	238.588
Reservas compulsórias	100% do CDI	1.121.823	167.152	178.370	155.933
Empréstimos	106% do CDI	3.448.522	(544.660)	(581.214)	(508.105)
Contas a pagar de partes relacionadas	104,5% do CDI	37.777.422	(5.586.053)	(5.980.827)	(5.882.134)
Total			(5.666.640)	(6.066.823)	(5.957.313)

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros do PagSeguro, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Vence em 30 dias	Vence de 31 a 120 dias	Vence de 121 a 180 dias	Vence de 181 a 360 dias	Vence após 361 dias
Em 30 de junho de 2025					
Obrigações com terceiros	9.282.780	3.050.548	866.532	900.253	82.690
Contas digitais	913.750	-	-	-	-
Fornecedores	538.549	9.195	-	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	4.125.595	8.499.461	12.358.428	15.569.082	-
Empréstimos	1.847.713	-	-	1.818.871	-

vi) Prevenção à lavagem de dinheiro

O PagSeguro possui como instrumentos de controle, políticas e procedimentos de monitoramento das operações de clientes, fornecedores e parceiros, a fim de prevenir, detectar, evitar e combater a “lavagem de dinheiro” oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, bem como o uso da estrutura do Grupo para esses fins.

A participação frequente da Administração na prevenção e detecção à “lavagem de dinheiro” e combate ao financiamento do terrorismo assegura a sinergia entre as diversas áreas e o

PagSeguro Internet**Instituição de Pagamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Gerenciamento de risco--Continuação

contínuo acompanhamento das atividades e operações realizadas, possibilitando definir políticas aderentes às melhores práticas nacionais e internacionais

vii) Risco cibernético

Risco cibernético é a possibilidade de ocorrências com efeitos indesejáveis decorrentes de ameaças digitais à infraestrutura de tecnologia da informação, podendo ocasionar perdas relacionadas ao ambiente virtual, que:

- Produzem efeitos anômalos e/ou adversos, ameaçam o funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem;
- Infringem políticas e/ou procedimentos de segurança da informação referentes aos sistemas de TI.

Considerando que o PagSeguro atua em um ambiente desafiador em termos de ameaças cibernéticas, investimos continuamente em controles e tecnologias que visam mitigar essas ameaças, bem como políticas e procedimentos de defesa, assegurando a confidencialidade, integridade e segurança dos dados inerentes aos sistemas utilizados. O grupo tem equipes treinadas e disponibiliza cursos on-line, visando treinar os profissionais, para que estejam cientes das medidas de prevenção e saibam relatar incidentes a fim de minimizar os riscos cibernéticos, seguindo os requerimentos da Circular 3.909/18.

viii) Riscos sociais, ambientais e climáticos

Os riscos sociais, ambientais e climáticos são a possibilidade de perdas devido à exposição a eventos de origem social, ambiental e/ou climática relacionados às atividades desenvolvidas pelo PagSeguro. A Administração avaliou os fatores sociais, ambientais e climáticos nos quais seus negócios estão inseridos e os considera de baixo impacto na criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazo.

Apesar disso, para mitigar os riscos sociais, ambientais e climáticos, são realizadas ações para analisar processos, riscos e controles, acompanhar novas regras relacionadas ao tema e registrar ocorrências em sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta aos riscos, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam a gestão desse risco no PagSeguro.

ix) Conformidade:

O time de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade e requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17 e Resolução BCB nº 65/21. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à

PagSeguro Internet**Instituição de Pagamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Gerenciamento de risco--Continuação

regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão. A área de PLDFT é responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo do PagSeguro, em atendimento as normas pertinentes, inclusive a Circular BACEN nº 3.978/20.

30. Gestão de capital

A gestão de capital baseia-se na apuração e alocação de capital suficiente para atingir o montante mínimo requerido pelo regulador. Assim, o PagSeguro mantém uma percepção de risco adequada ao tipo de negócio, permitindo o acesso a novas captações em condições viáveis à manutenção e continuidade da operação, bem como o crescimento sustentável ao longo do tempo.

O montante de capital mínimo é definido segundo a metodologia descrita nas normas impostas pelo regulador. O PagSeguro mantém uma reserva de capital suficiente para atender à demanda do regulador, bem como a avaliação interna de risco do negócio.

O PagSeguro efetuou o cálculo do índice de Basiléia pelo conglomerado prudencial, seguindo as regras estabelecidas pela Resolução BCB nº 436 publicada de 28 de novembro de 2024, chegando ao índice em torno de 29%.

31. Valor justo

O valor justo refere-se ao preço que deveria ser recebido decorrente da venda de um ativo ou pago decorrente da transferência de um passivo (preço de liquidação) no mercado comum ou mais vantajoso para o ativo ou passivo mencionado, em uma transação ordenada entre os participantes do mercado na data de mensuração. Uma hierarquia de 3 níveis é adotada para mensurar o valor justo, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativo para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – Adições além dos preços cotados citados no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 – Adições para os ativos e passivos que não são baseados nos dados de mercado observáveis (ou seja, considerações não observáveis).

PagSeguro Internet

Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. Valor justo—Continuação

A tabela a seguir fornece a hierarquia de mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros do PagSeguro em 30 de junho de 2025:

	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Adições observáveis significantes (Nível 2)	Adições não observáveis significantes (Nível 3)
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	-	397.405	-
Títulos e valores mobiliários	-	4.979.068	-
Reservas compulsórias	1.121.823	-	-
Contas a receber	-	54.827.611	-
Depósitos judiciais	-	455.698	-
Contas a receber de partes relacionadas	-	42.361	-
Outras contas a receber	-	206.014	-
Investimentos	-	-	1.246.344
Passivos financeiros			
Obrigações com terceiros	-	14.182.803	-
Contas digitais	-	913.750	-
Fornecedores	-	547.745	-
Contas a pagar de partes relacionadas	-	37.777.422	-
Empréstimos	-	3.448.522	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	23.682	-
Provisão para contingências	-	94.782	-
Receita diferida	-	121.843	-
Outros passivos	-	163.218	-

O PagSeguro acredita que os instrumentos financeiros reconhecidos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis são substancialmente similares aos seus respectivos valores justos. Os ativos financeiros referem-se basicamente à natureza dos valores a receber cujos devedores são as principais instituições financeiras submetidas ao baixo risco de crédito, em sua maioria, recebíveis em período de curto prazo e são mensurados baseados nas considerações que o PagSeguro tem expectativa de receber como parte dos serviços de processamento das transações.

Os passivos financeiros são substancialmente representados por contas a pagar de curto prazo com comerciantes que são pagos de acordo com os contratos celebrados com os comerciantes, empréstimos e outras contas a pagar referente a serviços fornecidos no curso regular da operação e estão próximos aos respectivos valores justos.

Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o semestre findo em 30 de junho de 2025.

PagSeguro Internet**Instituição de Pagamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. Instrumentos financeiros por categoria

O PagSeguro estima o valor justo de seus instrumentos financeiros utilizando informações de mercado e metodologias de avaliação adequadas a cada situação. A interpretação dos dados de mercado, no que diz respeito à escolha das metodologias, exige considerável julgamento e o estabelecimento de estimativas para chegar a um valor considerado apropriado para cada situação. Portanto, as estimativas apresentadas podem não necessariamente indicar os valores que poderiam ser obtidos no mercado atual. O uso de diferentes hipóteses para calcular o valor de mercado ou valor justo podem ter um impacto material nos valores obtido. Os ativos e passivos apresentados nesta nota foram selecionados com base na sua relevância.

O PagSeguro acredita que os instrumentos financeiros reconhecidos pelo seu valor contábil são substancialmente similares ao seu valor justo. Contudo, por não possuírem mercado, poderão ocorrer variações caso a empresa decida antecipadamente liquidá-los ou realizá-los.

O PagSeguro classifica seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias a seguir:

	30 de junho de 2025
Ativos financeiros	
Custo amortizado:	
Caixa e equivalentes de caixa	397.405
Títulos e valores mobiliários	4.979.068
Reserva compulsória	1.121.823
Contas a receber	51.450.171
Depósitos judiciais	455.698
Contas a receber de partes relacionadas	42.361
Outras contas a receber	206.014
Outros resultados abrangentes:	
Contas a receber	3.377.440
	62.029.980
Passivos financeiros	
Custo amortizado:	
Obrigações com terceiros	14.182.803
Contas digitais	913.750
Fornecedores	547.745
Contas a pagar de partes relacionadas	37.777.422
Empréstimos	3.448.522
Provisão para contingências	94.782
Receita diferida	121.843
Outros passivos	163.218
Outros resultados abrangentes:	
Instrumentos financeiros derivativos	22.285
Lucro ou prejuízo	
Instrumentos financeiros derivativos	1.397
	57.273.767

PagSeguro Internet

Instituição de Pagamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

33. Instrumentos financeiros derivativos designados para o *hedge accounting*

O PagSeguro opera instrumentos financeiros derivativos (SWAPs) para gerenciar suas exposições globais (índice de inflação e taxa de juros).

i) *Hedge* de fluxo de caixa

Em dezembro de 2024 e janeiro de 2025, o PagSeguro firmou contratos de financiamento de € 100 milhões e € 150 milhões, respectivamente, com vencimento em um ano a partir da data de assinatura e os pagamentos serão efetuados em parcela única. Em ambas as operações, o PagSeguro contratou swaps, com o objetivo específico de proteger os referidos financiamentos das oscilações decorrentes da variação cambial, alterando o risco para CDI. Todos os valores estão cobertos pelos derivativos e a mesma data de vencimento é aplicada.

Abaixo, apresentamos a composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, valor ativo, valor passivo e valor justo, instrumento financeiro e MTM registrado em ORA:

30 de junho de 2025				
Fator de risco	Passivos (i)	Instrumentos financeiros (ii)	Valor justo	MTM
Swap de moeda EUR	(643.348)	3.938	5.413	(1.475)
Swap de moeda EUR	(985.031)	(26.222)	(24.184)	(2.038)

(i) Os valores incluem impostos que foram apresentados em impostos e contribuições.

(ii) No balanço patrimonial, os valores apresentados em instrumentos financeiros derivativos incluem outros instrumentos financeiros não designados para contabilidade de hedge.

ii) *Hedge* de valor justo

O PagSeguro contrata empréstimos de curto prazo e swaps para alterar o *accrual* de juros para taxas fixas do CDI em ambos. Esta operação tem o objetivo específico de proteger o risco de volatilidade da taxa de juros para os contratos de empréstimos alterando taxas fixas para taxas de CDI. Todo o valor, que inclui principal e juros, está coberto e os mesmos vencimentos são aplicados.

30 de junho de 2025				
	Passivos	Instrumentos financeiros(i)	Valor justo	MTM
Swap de taxa de juros	(1.002.377)	(64)	682	(746)

(i) No balanço patrimonial, os valores apresentados em instrumentos financeiros derivativos incluem outros instrumentos financeiros não designados para contabilidade de hedge.